

Estudo Técnico Preliminar 14/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 47648.000483/2020-52

2. Descrição da necessidade

1. A contratação justifica-se na necessidade de conservação do patrimônio público da Fundacentro e prover aos trabalhadores condições salubres para exercer suas atividades. Tal necessidade é reforçada pelas seguintes previsões do RJU:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Art. 116. São deveres do servidor: [...]

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

[...]

Art. 117. Ao servidor é proibido: [...]

XV - proceder de forma desidiosa;

[...]

2. A eliminação de vetores e pragas urbanas, sejam os transmissores de doenças, sejam os que podem atentar contra a estrutura física da instituição, assim como a limpeza e desinfecção da caixa d'água do prédio do CTN - Fundacentro, melhoram as sanitárias e de trabalho, preservando a integridade da saúde dos trabalhadores da instituição e também diminuem os riscos contra a estrutura desta.

3. Além disso, há legislação e normativos que determinam a necessidade de cuidados com as condições sanitárias, a saber:

Decreto Estadual nº 12.342, de 27/09/1978

Art. 10 - [...]

§ 2.º - São obrigatórias a limpeza e a desinfecção periódica dos reservatórios prediais na forma indicada pela autoridade sanitária.

4. Ainda de acordo com a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, toda água destinada ao consumo humano deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água, e seu padrão de potabilidade:

Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Anexo XX

Art. 3º Toda água destinada ao consumo humano, distribuída coletivamente por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 3º)

5. Atualmente o CTN/Fundacentro água distribuída pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, com consumo médio de água: 565 m³/mês. A água é utilizada tanto para consumo, higienização e instalações sanitárias, quanto nos laboratórios da instituição.

6. Portanto, é imprescindível a garantia da qualidade da água, a fim de que seja oferecida uma água apropriada, do ponto de vista do controle microbiológico e organoléptico, e que não ofereça risco à saúde dos usuários e profissionais da instituição através de certificados de análise.

7. A contratação dos serviços de desinsetização e desratização justifica-se pela necessidade de prevenir e combater a proliferação de vetores e pragas urbanas no prédio da Fundacentro, a fim de manter a saúde pública, evitar a transmissão de zoonoses, preservar o patrimônio, contribuindo, entre outros fatores, na redução do absenteísmo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Logística	Vânia Gaebler
Serviço de Logística	Angela Tanieska Scarlato

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Como já exposto, o(s) Contrato(s) a ser(em) celebrado(s) tratam(m) de serviços de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra e terá(ão) vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93.

2. A Súmula TCU nº 263/2011 possibilita a exigência de comprovação da capacidade técnica-operacional:

SÚMULA Nº 263/2011

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

3. Assim, a licitante deverá apresentar Licença Sanitária expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da sede do licitante

4. Deverá apresentar ainda comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos aqui definidos, a ser feita por intermédio de Atestados ou Certidões fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "contratada".

5. Os atestados ou certidões de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6. Somente serão aceitos atestados ou certidões expedidas após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1(um) ano do início da sua execução, exceto se firmado para ser executado por prazo inferior;

7. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões solicitados, apresentado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram realizados os serviços.

8. A(s) contratada(s) deverá(ão) apresentar atestado de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que tenha prestado ou esteja prestando, o serviço relativo ao(s) item(ns) que tenha sido vencedora.

9. Ainda quanto à comprovação de capacidade técnica, conforme o item, a empresa deverá comprovar:

I - Item 1 - que já prestou serviço no qual a soma dos volumes dos reservatórios será aproximadamente igual ou maior que a soma dos volumes dos reservatórios do CTN - Fundacentro (3 reservatórios de 35.000 L, totalizando 105.000 L);

II - Item 2 - que já prestou serviço no qual a área do local seja aproximadamente igual ou maior que a área do CTN - Fundacentro (11,6 mil m² de área interna e 3,5 mil m² de área externa), além de apresentar a licença prevista no art. 5 e o responsável técnico previsto no art. 8º da Resolução Anvisa - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009.

10. Ainda, tanto para os serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água quanto para os de desinsetização, desratização e descupinização, a Resolução CFQ 122/1990 prevê a necessidade de registro das empresas:

Resolução Normativa n.º 122, de 09/11/1990 – Conselho Federal de Química.

Art. 1º. É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química, além daquelas listadas no art. 2º da R.N. nº 105, de 17.09.87, das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à área da Química listadas a seguir:

[...]

55.6 — Serviços Auxiliares de Higiene e Limpeza, Decoração e Outros Serviços Executados em Prédios e Domicílios, 55.61 /

11. Para os serviços de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos, são ainda necessários os seguintes requisitos quanto à qualificação da empresa e dos profissionais:

I - A contratada deverá apresentar comprovante de registro, conforme a Portaria nº 9 de 16/11/2000 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, ou norma que lhe sobrevenha;

II - Apresentar alvará de funcionamento atualizado, fornecido pelo Centro de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

III - A empresa deverá apresentar comprovante de que possui em seu quadro de pessoal responsável técnico – biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico veterinário ou químico – devidamente registrado na entidade profissional competente;

IV - Apresentar certidão de Registro do Conselho Regional correspondente do profissional responsável, de acordo com a Resolução RDC nº 52 de 22/10/2009 da ANVISA.

Portaria nº 9 de 16/11/2000 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo

5.2 - O serviço de controle de vetores e pragas envolvendo a utilização desinfestantes domissanitários de uso profissional, somente poderá ser executado por entidades especializadas devidamente licenciadas junto a Autoridade Sanitária do Estado ou Município.

[...]

5.6 - Contrato Social: O contrato social deverá ter explícito no objeto social: atividade de Controle de Vetores e Pragas Urbanas e ainda nele deverá constar o nome fantasia da empresa.

[...]

7.1 - Responsável Técnico

Toda empresa que atue neste setor deverá ter Responsável Técnico, legalmente habilitado, para o exercício das funções relativas aos aspectos técnicos do Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, podendo ser os seguintes profissionais: biólogo, farmacêutico, químico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário e outros profissionais que possuam nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função.

7.1.1 - O Responsável Técnico responde pela aquisição, utilização e controle dos produtos desinfestantes domissanitários utilizados.

7.2 - Aplicadores Os aplicadores de desinfestantes domissanitários deverão:

a) estarem capacitados para desempenharem a função de armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfestantes domissanitários. Esta capacitação deverá ser atestada pelo Responsável Técnico.

b) possuir obrigatoriamente cartão individual de identificação e habilitação.

Resolução RDC nº 52 de 22/10/2009 da ANVISA

Art. 5º A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

[...]

Art. 6º A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

[...]

Art. 8º A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

§1º Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.

§2º A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

5. Levantamento de Mercado

1. Em pesquisa de mercado observou-se ser usual que ambos os serviços sejam ofertados pela mesma empresa, não restringindo assim, a competitividade.
2. Constatou-se também que a realização das análises sugeridas acima também é parte dos procedimentos comumente realizados por tais empresas.
3. Uma vez que nem todas as empresas declaram ter laboratório próprio, entendemos que, para o aumento da competitividade, é necessário autorizar a subcontratação dos ensaios físico-químicos e biológicos.

6. Descrição da solução como um todo

1. Após firmado o contrato, e reunião com preposto nomeado pela contratada, a Fundacentro emitirá Ordem de serviço, definindo o cronograma de prestação dos serviços.
2. Os serviços deverão ser prestados no prédio da sede da Fundacentro, situada na Rua Capote Valente, nº 710 - Pinheiros - São Paulo/SP, em finais de semana ou feriados ou em dias em que não tenha expediente.
3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste instrumento, do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos ou da proposta apresentada

4. Serviço de limpeza e Desinfecção da caixa d'água

- 4.1. A Contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, os serviços prestados, comprometendo-se a adotar as medidas corretivas necessárias, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da notificação feita pela Contratante, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no contrato e sem ônus adicional para a Fundacentro.
- 4.2. O serviço será realizado em um dia, preferencialmente em finais de semana ou feriados.
- 4.3. A execução dos serviços será acompanhada por um membro da equipe de fiscalização, que assistirá e fiscalizará a execução.
- 4.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

4.5. A limpeza dos reservatórios deve ser realizada semestralmente, com esvaziamento, escovação e jateamento das paredes internas e externas, desinfecção com produto clorado apropriado para reservatórios de água potável.

4.6. A Coleta de todas as amostras a serem analisadas, conforme Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017; com frequência e parâmetros especificados a seguir na saída dos 3 reservatórios da instituição:

I - pH, turbidez, cor aparente, contagem de bactérias heterotróficas e presença/ausência de coliformes totais e E. Coli;

II - A coleta das amostras deve ser realizada logo após a realização da limpeza e desinfecção para confirmação da sua efetividade. Eventuais adaptações da estrutura, como instalação de torneiras, ficam a encargo da contratada.

4.7. Comunicação imediata na ocorrência de amostras de parâmetros superiores ao recomendado pela Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 e entrega, até 15 dias após a coleta, de relatório com avaliação dos resultados das análises. Apenas após este momento o serviço poderá ser recibo pela equipe de fiscalização, com posterior emissão de nota fiscal.

4.8. Caso se constate nos ensaios que algum dos parâmetros de potabilidade encontram-se fora dos definidos pela Portaria Consolidada nº 5/2017, a empresa realizará, sem custos adicionais à Fundacentro, nova limpeza e desinfecção.

4.9. As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005, de acordo com a Art. 21 da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 do Ministério da Saúde.

Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Anexo XX

Art. 21. As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025: 2005.

Art. 22. As metodologias analíticas para determinação dos parâmetros previstos neste Anexo devem atender às normas nacionais ou internacionais mais recentes, tais como: (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22)

I - Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, de autoria das instituições American Public Health Association (APHA), American Water Works Association (AWWA) e Water Environment Federation (WEF); (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22, I)

II - United States Environmental Protection Agency (USEPA); (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22, II)

III - Normas publicadas pela International Standardization Organization (ISO); e (Origem: PRT MS/GM 2914 /2011, Art. 22, III)

IV - Metodologias propostas pela Organização Mundial à Saúde (OMS). (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22, IV)

[...]

Art. 28 [...]

§ 3º Alterações bruscas ou acima do usual na contagem de bactérias heterotróficas devem ser investigadas para identificação de irregularidade e providências devem ser adotadas para o restabelecimento da integridade do sistema de distribuição (reservatório e rede), recomendando-se que não se ultrapasse o limite de 500 UFC /mL. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 28, § 3º)

Art. 30. [...]

§ 1º Entre os 5% (cinco por cento) dos valores permitidos de turbidez superiores ao VMP estabelecido no Anexo 2 do Anexo XX , para água subterrânea com desinfecção, o limite máximo para qualquer amostra pontual deve ser de 5,0 uT, assegurado, simultaneamente, o atendimento ao VMP de 5,0 uT em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório e rede). (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30, § 1º

Art. 34. É obrigatória a manutenção de, no mínimo, 0,2 mg/L de cloro residual livre ou 2 mg/L de cloro residual combinado ou de 0,2 mg/L de dióxido de cloro em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório e rede). (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 34)

[...]

Art. 39. A água potável deve estar em conformidade com o padrão organoléptico de potabilidade expresso no Anexo 10 do Anexo XX . (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 39)

§ 1º Recomenda-se que, no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de 6,0 a 9,5. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 39, § 1º)

§ 2º Recomenda-se que o teor máximo de cloro residual livre em qualquer ponto do sistema de abastecimento seja de 2 mg/L. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 39, § 2º)

5. Serviço de desinsetização, desratização e descupinização e desalojamento

5.1. Deverão ser utilizados produtos adequados para a dedetização, valendo-se de técnicas de controle de baratas de esgoto germânicas, formigas, moscas, traças, pulga, aranhas, mosquitos, cupins e outras pragas, inclusive o mosquito da dengue em toda a área interna e externa do prédio da Fundacentro/CTN.

5.2. Os serviços serão realizados com a aplicação de produtos químicos de uso autorizado para este fim pelos órgãos competentes e de menor toxicidade aos seres humanos, utilizando preferencialmente produtos do tipo gel, porém sendo possível a pulverização, polvilhamento e injeção de líquidos ou comedores de iscas ou outros métodos apenas em locais ou para pragas para as quais não seja apropriado o uso do produto gel.

5.3. A contratada deverá realizar avaliação inicial para verificação da situação atual, com emissão de relatório.

5.4. Deverão ser utilizados produtos raticidas com efeito rápido, após 72 (setenta e duas) horas em seguida da aplicação, de uso profissional, altamente palatável aos roedores.

5.5. Utilizar iscas em caixas (armadilhas) vedadas, evitando riscos ao ser humano e a outras espécies animais.

5.6. A desratização deverá ser realizada em todos os locais apropriados e estratégicos, das áreas internas e externas do prédio da Fundacentro/CTN.

5.7. O serviço deve ser realizado semestralmente e a aplicação deve garantir um tempo mínimo de 6 (doze) meses sem o aparecimento destes vetores, sendo que, caso constatado o aparecimento destas pragas neste período, a contratada deve proceder nova aplicação, sem custos à instituição.

Resolução RDC nº 52 de 22/10/2009 da ANVISA

Seção VI

Da Comprovação do Serviço

Art. 20. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do cliente;

II - endereço do imóvel;

III - praga(s) alvo;

IV - data de execução dos serviços;

V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;

IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

Art. 21. Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

Art. 22. Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida por pessoa jurídica de direito privado, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias de Finanças (ou órgão semelhante) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Limpeza dos reservatórios e cisternas (3 unidades de 35.000 L), com esvaziamento, escovação e jateamento das paredes internas e externas, desinfecção com produto clorado apropriado para reservatórios de água potável, incluindo a coleta, análise e envio de relatório de amostras de água na saída dos reservatórios para verificação da potabilidade da água quanto aos seguintes parâmetros: pH, turbidez, cor aparente, contagem de bactérias heterotróficas e presença/ausência de coliformes totais e E. Coli.	Serviço	2 (semestral)
2	Serviço de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos do prédio e terreno do CTN/Fundacentro, compreendendo um total de 15,1 mil m², com aplicação semestral e garantia mínima de 6 meses.	Serviço	2 (semestral)

8. Estimativa do Valor da Contratação

1. O levantamento de estimativa de preços foi realizado de acordo com os parâmetros instituídos pela Instrução Normativa nº 05 de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03 de 2017, ambas emitidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo eles a consulta a:

"I Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;"

2. Para o item 01, foi encontrado valor para a realização do serviço em 1 (uma) caixa d'água, multiplicado por 6 (seis) para adequação ao dimensionamento proposto (dois serviços nas três caixas d'água). Para o item 02 observou-se os preços encontrados por metro quadrado, resultando:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	Limpeza de reservatórios e cisternas	6	R\$ 568,33	R\$ 3.409,98
2	Desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento	15.100 m²	R\$ 0,81	R\$ 12.231,00

3. O valor total estimado da contratação é R\$ 15.640,98 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e noventa e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. O objeto foi dividido em dois itens, conforme as características do serviço.
2. Não se verifica viabilidade técnico-econômica em maior parcelamento do objeto desta contratação, conforme previsto no §1º do Art. 23 da Lei 8.666/93, pois a correta execução dos serviços de desinsetização e desratização depende da existência de materiais, peças e equipamentos adequados no momento das intervenções. A falta destes materiais, peças e equipamentos no momento das intervenções resultam, na maioria dos casos, em soluções técnicas inapropriadas.
3. Quanto ao serviço de limpeza e desinfecção, incluindo ensaios, uma vez que os ensaios devem ser realizados em sincronia com o serviço de limpeza, eventual separação em itens distintos poderia trazer prejuízos quanto à execução do objeto.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Art. 23. [...]

§1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verificamos a necessidade de contratações adicionais para a correta execução dos serviços.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida foi prevista no Plano Anual de Contratação, no pedido nº 457 e item nº 3417.

12. Histórico de Contratações Anteriores

1. A limpeza da caixa d'água anteriormente foi incluída nos serviços de asseio e conservação, porém, o entendimento atual é de que esta contratação deve ser realizada separadamente, com vistas a aumentar a competitividade e permitir a contratação de empresas especializadas neste serviço.
2. Os serviços de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos, cuja última contratação consta no processo 47648.001306/2019-50, realizada na forma de dispensa de licitação, conforme inciso II do art. 24 da Lei de Licitações, no valor unitário de R\$ 1.900,00, com 3 aplicações em um ano, totalizando R\$ 5.700,00.

13. Legislação Relacionada

1. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
2. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018
3. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
4. IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010;

5. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (Estudos Técnicos Preliminares);
6. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
7. Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993;
8. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Serviço de limpeza e Desinfecção da caixa d'água

1. Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017;
2. Comunicado CVS 006, de 12 de janeiro de 2011;
3. Comunicado CVS 36, de 27 de junho de 1991;
4. Resolução Normativa CFQ nº 122, de 09.11.1990;
5. Decreto Estadual nº 12.342, de 27/09/1978.

Serviço de desinsetização, desratização, e descupinização

1. Portaria nº 9 de 16/11/2000 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo;
2. Resolução Anvisa - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009;
3. Resolução Normativa CFQ nº 122, de 09.11.1990.

14. Do Objeto

1. A presente proposta pretende a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, diante do caráter essencial e permanente na prestação dos serviços almejados, especificamente de:

I - Limpeza e desinfecção preventiva e periódica dos reservatórios de água (caixas d'água), com acompanhamento analítico; e

II - Desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos preventivo e periódico das instalações do Centro Técnico Nacional/Fundacentro.

2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão, e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

3. As características de essencialidade, a periodicidade e o fato de que a não realização dos serviços pode causar a descontinuidade das atividades no prédio do CTN, entendemos que os serviços se enquadram como continuados, permitindo assim a prorrogação do contrato, objetivo deste procedimento.

4. O serviço a ser contratado é considerado de natureza contínua, uma vez que está em acordo com o Art. 15 da Instrução Normativa nº 5 de 2017, que diz:

Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5. Pretende-se realizar pregão, com adjudicação por item.

15. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido é a oferta de ambiente propício à prática das atividades desempenhadas pela Fundacentro, permitindo mais segurança sanitária e ambiental aos trabalhadores e integridade à infraestrutura institucional.

16. Providências a serem Adotadas

Eventuais necessidades de adequação serão realizadas pela contratada.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Os produtos utilizados serão necessariamente os de menor toxicidade. A correta destinação de eventuais resíduos será de responsabilidade da contratada.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 93, de 13 de abril de 2020, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

19. Responsáveis

Portaria Fundacentro nº 93/2020

VÂNIA GAEBLER
Assistente em Ciência e Tecnologia

Portaria FUndacentro nº 93/2020

ANGELA TANIESKA SCARLATO
Chefe do Serviço de Logística

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - mapa_de_risco.pdf (542.41 KB)
- Anexo II - ETP.pdf (187.93 KB)
- Anexo III - portaria 165.pdf (124.79 KB)
- Anexo IV - portaria 93.pdf (126.44 KB)

Anexo I - mapa_de_risco.pdf

MAPA DE RISCOS

PLANEJAMENTO

Nº	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Risco	Ações Preventivas	Responsável - Preventivas	Ações de Contingência	Responsável - Contingência
1	Estimativa incorreta de preços	2	4	A	Implantar processo de Análise Crítica dos Preços Estimados	Serviços de Compas	Efetuar novas cotações	Serviços de Compras
2	Contratação não atende às necessidades da Administração - especificação incompleta ou incorreta	3	4	C	Implantar a efetiva participação do setor demandante da descrição no objeto; Comparar contratação pretendida com as anteriores; e Maior interação entre CTN e Regionais	Setor Solicitante e Equipe de Planejamento da Contratação	Modificações no Edital / Termo de Referência	Setor Solicitante e Equipe de Planejamento da Contratação

SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Nº	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Risco	Ações Preventivas	Responsável - Preventivas	Ações de Contingência	Responsável - Contingência
1	Fracasso da contratação	2	4	A	Reavaliação do Estudo Técnico Preliminar, Edital e Termo de Referência	Setor solicitante e Equipe de Planejamento da Contratação	Modificação no Termo de referência e reiniciar o processo de contratação	Setor Solicitante e Serviço de Compras
2	Falha da análise da proposta apresentada com a especificação do Termo de Referência	2	4	A	Implantar sistemática constante de capacitação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio; Designar Equipe de Apoio com conhecimento inerente ao objeto; Sistematizar e divulgar Check List e roteiros; e Controlar a utilização dos Check List	Serviços de Compras		Serviços de Compras

GESTÃO DE CONTRATOS

Nº	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Risco	Ações Preventivas	Responsável - Preventivas	Ações de Contingência	Responsável - Contingência
1	Descumprimento de obrigações contratuais, tais como não manutenção das condições de habilitação, execução em má qualidade ou paralização dos serviços.	3	3	A	Acompanhamento minucioso dos serviços prestados, previsão de penalidades e exigência de garantia contratual	Fiscais do Contrato	Notificar a Contratada, se necessário aplicar sanções e/ou rescisão contratual.	Setor Solicitante, Fiscais do Contrato, CAd e DAF
2	Ocorrências fora do alcance da Administração que prejudiquem a potabilidade da água ou promovam infestação	2	3	M	Acompanhamento minucioso dos serviços prestados e das condições estruturais que possam interferir no contrato.	Fiscais do Contrato	aditivo contratual para acréscimo	Setor Solicitante, Coordenação de Administração

Probabilidades		
Nível	Descrição	
1	Muito Baixa	o evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais
2	Baixa	o evento pode ocorrer em algum momento;
3	Possível	o evento deve ocorrer em algum momento
4	Alta	o evento provavelmente ocorre na maioria das circunstâncias
5	Muito Alta	o evento é esperado na maioria das circunstâncias

Impacto		
Nível	Descrição	
1	Insignificante	o impacto é mínimo no alcance das ações de gestão
2	Pequeno	o impacto é pouco relevante ao alcance das ações de gestão;
3	Moderado	o impacto é significativo no alcance das ações de gestão;
4	Grande	o impacto compromete acentuadamente às ações de gestão, os objetivos estratégicos podem ser fortemente comprometidos;
5	Catastrófico	o impacto ocasiona colapso às ações de gestão, a viabilidade estratégica pode ser comprometida;

Probabilidade	Consequências				
	Insignifican te	Pequeno	Moderado	Grande	Catastrófico
	1	2	3	4	5
5 (Muito Alta)	A	A	C	C	C
4 (Alta)	M	A	A	C	C
3 (Possível)	B	M	A	C	C
2 (Baixa	B	B	M	A	C
1 (Muito Baixa)	B	B	M	A	A
C	Risco Crítico - ação deve ser implementada imediatamente				
A	Risco Alto - é necessária atenção pela gestão superior				
M	Risco Moderado - responsabilidade pela gestão do risco deve ser especificada				
B	Risco Baixo - gerenciamento por procedimentos de rotina				

Fonte: Matriz de Riscos - Gestão de Integridade, Riscos e Controle Internos da Gestão (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP -Assessoria de Controle Interno - AECL - 14/08/2017 - Versão 2.0)

EQUIPE INTEGRANTE DO MAPA DE RISCOS

Angela Tanieska Scarlato
Fábio Akio Shiomi Iha
Juan Gomes Pereira
Vânia Gaebler

Anexo II - ETP.pdf



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Estudo Técnico Preliminar (IN05/2017) nº 10/2020/SLO/CAD/DAF

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

A Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 93/2020 (0052667), prorrogada pela Portaria nº 165/2020 (0059362) elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar para a solução de demandas relativas à dedetização e de limpeza da caixa d'água do CTN.

Este documento tem por objetivo orientar a tomada de decisão da Administração e trazer informações para a concepção do Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração e à legislação vigente.

O planejamento almeja o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros ao buscar os serviços com técnica mais adequada e maior competitividade entre os licitantes.

1. LEGISLAÇÃO

- I - [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;](#)
- II - [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#)
- III - [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;](#)
- IV - [IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010;](#)
- V - [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017](#) (Estudos Técnicos Preliminares);
- VI - [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;](#)
- VII - [Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993;](#)
- VIII - [Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;](#)

1.1. Serviço de limpeza e Desinfecção da caixa d'água

- I - [Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017;](#)
- II - [Comunicado CVS 006, de 12 de janeiro de 2011;](#)
- III - [Comunicado CVS 36, de 27 de junho de 1991;](#)
- IV - [Resolução Normativa CFQ nº 122, de 09.11.1990;](#)
- V - [Decreto Estadual nº 12.342, de 27/09/1978.](#)

1.2. Serviço de desinsetização, desratização, e descupinização

- I - [Portaria nº 9 de 16/11/2000 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo;](#)
- II - [Resolução Anvisa - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009;](#)
- III - [Resolução Normativa CFQ nº 122, de 09.11.1990;](#)

2. OBJETO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

2.1. A presente proposta pretende a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, diante do caráter essencial e permanente na prestação dos serviços almejados, especificamente de:

- I - Limpeza e desinfecção preventiva e periódica dos reservatórios de água (caixas d'água), com acompanhamento analítico; e
- II - Desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos preventivo e periódico das instalações do Centro Técnico Nacional/Fundacentro.

2.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão, e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

2.3. As características de essencialidade, a periodicidade e o fato de que a não realização dos serviços pode causar a descontinuidade das atividades no prédio do CTN, entendemos que os serviços se enquadram como continuados, permitindo assim a prorrogação do contrato, objetivo deste procedimento.

2.4. O serviço a ser contratado é considerado de natureza contínua, uma vez que está em acordo com o Art. 15 da Instrução Normativa nº 5 de 2017, que diz:

Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.5. Pretende-se realizar pregão, com adjudicação por item.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação justifica-se na necessidade de conservação do patrimônio público da Fundacentro e prover aos trabalhadores condições salubres para exercer suas atividades. Tal necessidade é reforçada pelas seguintes previsões do RJU:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Art. 116. São deveres do servidor: [...]

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

[...]

Art. 117. Ao servidor é proibido: [...]

XV - proceder de forma desidiosa;

[...]

3.2. A eliminação de vetores e pragas urbanas, sejam os transmissores de doenças, sejam os que podem atentar contra a estrutura física da instituição, assim como a limpeza e desinfecção da caixa d'água do prédio do CTN - Fundacentro, melhoram as sanitárias e de trabalho, preservando a integridade da saúde dos trabalhadores da instituição e também diminuem os riscos contra a estrutura desta.

3.3. Além disso, há legislação e normativos que determinam a necessidade de cuidados com as condições sanitárias, a saber:

Decreto Estadual nº 12.342, de 27/09/1978

Art. 10 - [...]

§ 2.º - São obrigatórias a limpeza e a desinfecção periódica dos reservatórios prediais na forma indicada pela autoridade sanitária.

3.4. Ainda de acordo com a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, toda água destinada ao consumo humano deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água, e seu padrão de potabilidade:

Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Anexo XX

Art. 3º Toda água destinada ao consumo humano, distribuída coletivamente por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, deve ser objeto de controle e vigilância da

qualidade da água. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 3º)

3.5. Atualmente o CTN/Fundacentro água distribuída pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, com consumo médio de água: 565 m³/mês. A água é utilizada tanto para consumo, higienização e instalações sanitárias, quanto nos laboratórios da instituição.

3.6. Portanto, é imprescindível a garantia da qualidade da água, a fim de que seja oferecida uma água apropriada, do ponto de vista do controle microbiológico e organoléptico, e que não ofereça risco à saúde dos usuários e profissionais da instituição através de certificados de análise.

3.7. A contratação dos serviços de desinsetização e desratização justifica-se pela necessidade de prevenir e combater a proliferação de vetores e pragas urbanas no prédio da Fundacentro, a fim de manter a saúde pública, evitar a transmissão de zoonoses, preservar o patrimônio, contribuindo, entre outros fatores, na redução do absenteísmo.

4. HISTÓRICO DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES

4.1. A limpeza da caixa d'água anteriormente foi incluída nos serviços de asseio e conservação, porém, o entendimento atual é de que esta contratação deve ser realizada separadamente, com vistas a aumentar a competitividade e permitir a contratação de empresas especializadas neste serviço.

4.2. Os serviços de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos, cuja última contratação consta no processo 47648.001306/2019-50, realizada na forma de dispensa de licitação, conforme inciso II do art. 24 da Lei de Licitações, no valor unitário de R\$ 1.900,00, com 3 aplicações em um ano, totalizando R\$ 5.700,00.

5. REFERÊNCIA AO PLANEJAMENTO

5.1. A contratação pretendida foi prevista no Plano Anual de Contratação, no pedido nº 457 e item nº 3417.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Como já exposto, o(s) Contrato(s) a ser(em) celebrado(s) tratam(m) de serviços de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra e terá(ão) vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93.

6.1.1. A Súmula TCU nº 263/2011 possibilita a exigência de comprovação da capacidade técnica-operacional:

SÚMULA Nº 263/2011

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

6.1.2. Assim, a licitante deverá apresentar Licença Sanitária expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da sede do licitante

6.1.3. Deverá apresentar ainda comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos aqui definidos, a ser feita por intermédio de Atestados ou Certidões fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "contratada".

6.1.4. Os atestados ou certidões de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6.1.5. Somente serão aceitos atestados ou certidões expedidas após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1(um) ano do início da sua execução, exceto se firmado para ser executado por prazo inferior;

6.1.6. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões solicitados, apresentado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram realizados os serviços.

6.1.7. A(s) contratada(s) deverá(ão) apresentar atestado de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que tenha prestado ou esteja prestando, o serviço relativo ao(s) item(ns) que tenha sido vencedora.

6.1.8. Ainda quanto à comprovação de capacidade técnica, conforme o item, a empresa deverá comprovar:

I - Item 1 - que já prestou serviço no qual a soma dos volumes dos reservatórios será aproximadamente igual ou maior que a soma dos volumes dos reservatórios do CTN - Fundacentro (3 reservatórios de 35.000 L, totalizando 105.000 L);

II - Item 2 - que já prestou serviço no qual a área do local seja aproximadamente igual ou maior que a área do CTN - Fundacentro (11,6 mil m² de área interna e 3,5 mil m² de área externa), além de apresentar a licença prevista no art. 5 e o responsável técnico previsto no art. 8º da Resolução Anvisa - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009.

6.1.9. Ainda, tanto para os serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água quanto para os de desinsetização, desratização e descupinização, a Resolução CFQ 122/1990 prevê a necessidade de registro das empresas:

Resolução Normativa n º 122, de 09/11/1990 – Conselho Federal de Química.

Art. 1º. É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química, além daquelas listadas no art. 2º da R.N. nº 105, de 17.09.87, das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à área da Química listadas a seguir:

[...]

55.6 — Serviços Auxiliares de Higiene e Limpeza, Decoração e Outros Serviços Executados em Prédios e Domicílios, 55.61 /

6.1.10. Para os serviços de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos, são ainda necessários os seguintes requisitos quanto à qualificação da empresa e dos profissionais:

I - A contratada deverá apresentar comprovante de registro, conforme a Portaria nº 9 de 16/11/2000 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, ou norma que lhe sobrevenha;

II - Apresentar alvará de funcionamento atualizado, fornecido pelo Centro de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

III - A empresa deverá apresentar comprovante de que possui em seu quadro de pessoal responsável técnico – biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico veterinário ou químico – devidamente registrado na entidade profissional competente;

IV - Apresentar certidão de Registro do Conselho Regional correspondente do profissional responsável, de acordo com a Resolução RDC nº 52 de 22/10/2009 da ANVISA.

Portaria nº 9 de 16/11/2000 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo

5.2 - O serviço de controle de vetores e pragas envolvendo a utilização desinfestantes domissanitários de uso profissional, somente poderá ser executado por entidades especializadas devidamente licenciadas junto a Autoridade Sanitária do Estado ou Município.

[...]

5.6 - Contrato Social: O contrato social deverá ter explícito no objeto social: atividade de Controle de Vetores e Pragas Urbanas e ainda nele deverá constar o nome fantasia da empresa.

[...]

7.1 - Responsável Técnico

Toda empresa que atue neste setor deverá ter Responsável Técnico, legalmente habilitado, para o exercício das funções relativas aos aspectos técnicos do Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, podendo ser os seguintes profissionais: biólogo, farmacêutico, químico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário e outros profissionais que possuam nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função.

7.1.1 - O Responsável Técnico responde pela aquisição, utilização e controle dos produtos desinfestantes domissanitários utilizados.

7.2 - Aplicadores Os aplicadores de desinfestantes domissanitários deverão:

a) estarem capacitados para desempenharem a função de armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfestantes domissanitários. Esta capacitação deverá ser atestada pelo Responsável Técnico.

b) possuir obrigatoriamente cartão individual de identificação e habilitação.

Resolução RDC nº 52 de 22/10/2009 da ANVISA

Art. 5º A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

[...]

Art. 6º A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

[...]

Art. 8º A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

§1º Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.

§2º A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

7. DIMENSIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Limpeza dos reservatórios e cisternas (3 unidades de 35.000 L), com esvaziamento, escovação e jateamento das paredes internas e externas, desinfecção com produto clorado apropriado para reservatórios de água potável, incluindo a coleta, análise e envio de relatório de amostras de água na saída dos reservatórios para verificação da potabilidade da água quanto aos seguintes parâmetros: pH, turbidez, cor aparente, contagem de bactérias heterotróficas e presença/ausência de coliformes totais e E. Coli.	Serviço	2 (semestral)
2	Serviço de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos do prédio e terreno do CTN/Fundacentro, compreendendo um total de 15,1 mil m ² , com aplicação semestral e garantia mínima de 6 meses.	Serviço	2 (semestral)

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. Em pesquisa de mercado observou-se ser usual que ambos os serviços sejam ofertados pela mesma empresa, não restringindo assim, a competitividade.

8.2. Constatou-se também que a realização das análises sugeridas acima também é parte dos procedimentos comumente realizados por tais empresas.

8.3. Uma vez que nem todas as empresas declaram ter laboratório próprio, entendemos que, para o aumento da competitividade, é necessário autorizar a subcontratação dos ensaios físico-químicos e biológicos.

9. PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. O levantamento de estimativa de preços foi realizado de acordo com os parâmetros instituídos pela Instrução Normativa nº 05 de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03 de 2017, ambas emitidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo eles a consulta a:

"I Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;"

9.2. Para o item 01, foi encontrado valor para a realização do serviço em 1 (uma) caixa d'água, multiplicado por 6 (seis) para adequação ao dimensionamento proposto (dois serviços nas três caixas d'água). Para o item 02 observou-se os preços encontrados por metro quadrado, resultando:

Item	Descrição	Qtd	Valor unitário	Valor total
1	Limpeza de reservatórios e cisternas	6	R\$ 568,33	R\$ 3.409,98
2	Desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento	15.100	R\$ 0,81	R\$ 12.231,00

9.3. O valor total estimado da contratação é R\$ 15.640,98 (quinze mil seiscentos e quarenta reais e noventa e oito centavos).

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1. Após firmado o contrato, e reunião com preposto nomeado pela contratada, a Fundacentro emitirá Ordem de serviço, definindo o cronograma de prestação dos serviços.

10.2. Os serviços deverão ser prestados no prédio da sede da Fundacentro, situada na Rua Capote Valente, nº 710 - Pinheiros - São Paulo/SP, em finais de semana ou feriados ou em dias em que não tenha expediente.

10.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste instrumento, do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos ou da proposta apresentada

10.4. Serviço de limpeza e Desinfecção da caixa d'água

10.4.1. A Contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, os serviços prestados, comprometendo-se a adotar as medidas corretivas necessárias, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da notificação feita pela Contratante, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no contrato e sem ônus adicional para a Fundacentro.

10.4.2. O serviço será realizado em um dia, preferencialmente em finais de semana ou feriados.

10.4.3. A execução dos serviços será acompanhada por um membro da equipe de fiscalização, que assistirá e fiscalizará a execução.

10.4.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

10.4.5. A limpeza dos reservatórios deve ser realizada semestralmente, com esvaziamento, escovação e jateamento das paredes internas e externas, desinfecção com produto clorado apropriado para reservatórios de água potável.

10.4.6. A Coleta de todas as amostras a serem analisadas, conforme Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017; com frequência e parâmetros especificados a seguir na saída dos 3 reservatórios da instituição:

I - pH, turbidez, cor aparente, contagem de bactérias heterotróficas e presença/ausência de coliformes totais e E. Coli;

II - A coleta das amostras deve ser realizada logo após a realização da limpeza e desinfecção para confirmação da sua efetividade. Eventuais adaptações da estrutura, como instalação de torneiras, ficam a encargo da contratada.

10.4.7. Comunicação imediata na ocorrência de amostras de parâmetros superiores ao recomendado pela Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 e entrega, até 15 dias após a coleta, de relatório com avaliação dos resultados das análises. Apenas após este momento o serviço poderá ser recibo pela equipe de fiscalização, com posterior emissão de nota fiscal.

10.4.8. Caso se constate nos ensaios que algum dos parâmetros de potabilidade encontram-se fora dos definidos pela Portaria Consolidada nº 5/2017, a empresa realizará, sem custos adicionais à Fundacentro, nova limpeza e desinfecção.

10.4.9. As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005, de acordo com a Art. 21 da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 do Ministério da Saúde.

Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Anexo XX

Art. 21. As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.

Art. 22. As metodologias analíticas para determinação dos parâmetros previstos neste Anexo devem atender às normas nacionais ou internacionais mais recentes, tais como: (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22)

I - Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, de autoria das instituições American Public Health Association (APHA), American Water Works Association (AWWA) e Water Environment Federation (WEF); (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22, I)

II - United States Environmental Protection Agency (USEPA); (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22, II)

III - Normas publicadas pela International Standardization Organization (ISO); e (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22, III)

IV - Metodologias propostas pela Organização Mundial à Saúde (OMS). (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 22, IV)

[...]

Art. 28 [...]

§ 3º Alterações bruscas ou acima do usual na contagem de bactérias heterotróficas devem ser investigadas para identificação de irregularidade e providências devem ser adotadas para o restabelecimento da integridade do sistema de distribuição (reservatório e rede), recomendando-se que não se ultrapasse o limite de 500 UFC/mL. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 28, § 3º)

Art. 30.

§ 1º Entre os 5% (cinco por cento) dos valores permitidos de turbidez superiores ao VMP estabelecido no Anexo 2 do Anexo XX, para água subterrânea com desinfecção, o limite máximo para qualquer amostra pontual deve ser de 5,0 uT, assegurado, simultaneamente, o atendimento ao VMP de 5,0 uT em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório e rede). (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30, § 1º)

Art. 34. É obrigatória a manutenção de, no mínimo, 0,2 mg/L de cloro residual livre ou 2 mg/L de cloro residual combinado ou de 0,2 mg/L de dióxido de cloro em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório e rede). (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 34)

[...]

Art. 39. A água potável deve estar em conformidade com o padrão organoléptico de potabilidade expresso no Anexo 10 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 39)

§ 1º Recomenda-se que, no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de 6,0 a 9,5. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 39, § 1º)

§ 2º Recomenda-se que o teor máximo de cloro residual livre em qualquer ponto do sistema de abastecimento seja de 2 mg/L. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 39, § 2º)

10.5. Serviço de desinsetização, desratização e descupinização e desalojamento

10.5.1. Deverão ser utilizados produtos adequados para a dedetização, valendo-se de técnicas de controle de baratas de esgoto germânicas, formigas, moscas, traças, pulga, aranhas, mosquitos, cupins e outras pragas, inclusive o mosquito da dengue em toda a área interna e externa do prédio da Fundacentro/CTN.

10.5.2. Os serviços serão realizados com a aplicação de produtos químicos de uso autorizado para este fim pelos órgãos competentes e de menor toxicidade aos seres humanos, utilizando preferencialmente produtos do tipo gel, porém sendo possível a pulverização, polvilhamento e injeção de líquidos ou comedores de iscas ou outros métodos apenas em locais ou para pragas para as quais não seja apropriado o uso do produto gel.

10.5.3. A contratada deverá realizar avaliação inicial para verificação da situação atual, com emissão de relatório.

10.5.4. Deverão ser utilizados produtos raticidas com efeito rápido, após 72 (setenta e duas) horas em seguida da aplicação, de uso profissional, altamente palatável aos roedores.

10.5.5. Utilizar iscas em caixas (armadilhas) vedadas, evitando riscos ao ser humano e a outras espécies animais.

10.5.6. A desratização deverá ser realizada em todos os locais apropriados e estratégicos, das áreas internas e externas do prédio da Fundacentro/CTN.

10.5.7. O serviço deve ser realizado semestralmente e a aplicação deve garantir um tempo mínimo de 6 (doze) meses sem o aparecimento destes vetores, sendo que, caso constatado o aparecimento destas pragas neste período, a contratada deve proceder nova aplicação, sem custos à instituição.

Resolução RDC nº 52 de 22/10/2009 da ANVISA

Seção VI

Da Comprovação do Serviço

Art. 20. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do cliente;

II - endereço do imóvel;

III - praga(s) alvo;

IV - data de execução dos serviços;

V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;

IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

Art. 21. Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

Art. 22. Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida por pessoa jurídica de direito privado, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias de Finanças (ou órgão semelhante) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

11. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

11.1. O objeto foi dividido em dois itens, conforme as características do serviço.

11.2. Não se verifica viabilidade técnico-econômica em maior parcelamento do objeto desta contratação, conforme previsto no §1º do Art. 23 da Lei 8.666/93, pois a correta execução dos serviços de desinsetização e desratização depende da existência de materiais, peças e equipamentos adequados no momento das intervenções. A falta destes materiais, peças e equipamentos no momento das intervenções resultam, na maioria dos casos, em soluções técnicas inapropriadas.

11.3. Quanto ao serviço de limpeza e desinfecção, incluindo ensaios, uma vez que os ensaios devem ser realizados em sincronia com o serviço de limpeza, eventual separação em itens distintos poderia trazer prejuízos quanto à execução do objeto.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Art. 23. [...]

§1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. O resultado pretendido é a oferta de ambiente propício à prática das atividades desempenhadas pela Fundacentro, permitindo mais segurança sanitária e ambiental aos trabalhadores e integridade à infraestrutura institucional.

13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

13.1. Eventuais necessidades de adequação serão realizadas pela contratada.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Com base no exposto acima, a Equipe de Planejamento designada em portaria anexa considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

15. GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO

Gestor da Execução do(s) Contrato(s): Vânia Gaebler (Titular)
Angela Tanieska Scarlato (Substituta)

Fiscal Técnico: Ezequias De Souza Lima (Titular)
Humberto Moreira Da Silva (Substituto)

16. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO

16.1. Público



Documento assinado eletronicamente por **Vania Gaebler, Assistente em C&T**, em 04/08/2020, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Tanieska Scarlato, Assistente em C&T**, em 04/08/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juan Gomes Pereira, Assistente em C&T**, em 04/08/2020, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Akio Shiomi Iha, Chefe de Serviço**, em 04/08/2020, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0054047** e o código CRC **2C8BF29F**.

ANEXO I

1.

2.

Anexo III - portaria 165.pdf



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
PORTARIA Nº 165, DE 11 DE JUNHO DE 2020

Prorrogação de prazo da Equipe de Planejamento
da Contratação referente ao Processo
nº 47648.000483/2020-52.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 13 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.096, de 06 de setembro, e conforme disposição contida no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e na Ordem de Serviço nº 37/2019, de 21 de novembro de 2019; e

CONSIDERANDO as razões apresentadas no OFÍCIO ELETRÔNICO Nº 26/2020/SLO/CAD/DAF-FUNDACENTRO (SEI nº 0059158);

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a partir de 13/05/2020, o prazo para realização das atividades da Equipe de Planejamento de Contratação relativa ao processo nº 47648.000483/2020-52, designada pela Portaria nº 93 de 13 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROGERIO LIMA DA SILVA
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Rogerio Lima da Silva, Diretor de Administração e Finanças**, em 16/06/2020, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0059362** e o código CRC **250D6071**.

Referência: Processo nº 47648.000483/2020-52

SEI nº 0059362

Anexo IV - portaria 93.pdf



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
PORTARIA Nº 93, DE 13 DE ABRIL DE 2020

Designação da Equipe de Planejamento da
Contratação referente ao Processo
nº 47648.000483/2020-52.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 13 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.096, de 06 de setembro, e conforme disposição contida no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e na Ordem de Serviço nº 37/2019, de 21 de novembro de 2019; e

CONSIDERANDO o disposto art. 15 do Regimento Interno aprovado pela Portaria Fundacentro nº 355, de 7 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o art. 2º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 47648.000483/2020-52,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Equipe de Planejamento da Contratação - EPC responsável por realizar os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco da contratação relativa ao processo nº 47648.000483/2020-52, composta pelos seguintes membros:

Ângela Tanieska Scarlato 2264421 - Demandante

Vânia Gaebler 2259864 - Demandante

Juan Gomes Pereira 1989562 - Representante da Unidade de Compras

Fábio Akio Shiomi Iha 2263013 - Representante da Unidade de Gestão de Contratos

Art. 2º Para realizar suas atividades a EPC terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis mediante justificativa.

Art. 3º Visando agilizar os trabalhos, fica estabelecido que, no exercício de suas atribuições, os membros da EPC poderão fazer contato diretamente as chefias das áreas necessárias para solicitar e obter informações e dados.

Art. 4º Para garantir o cumprimento das tarefas no prazo legal previsto, os servidores ora designados deverão priorizar as atividades da EPC, ficando dispensados de suas atividades normais quando estas conflitarem com aquelas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROGERIO LIMA DA SILVA

Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Rogerio Lima da Silva, Diretor de Administração e Finanças**, em 13/04/2020, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0052667** e o código CRC **D9ECE4FE**.

Referência: Processo nº 47648.000483/2020-52

SEI nº 0052667